

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.288 - PR (2019/0260507-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **EDUARDO BOROVICZ DOS SANTOS**  
**ADVOGADO** : **LUCIANA DE HOLLANDA EMER - PR046448**  
**AGRAVADO** : **JUCELI DOS SANTOS**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M**

## **DESPACHO**

Na petição de Recurso Especial, o recorrente EDUARDO BOROVICZ DOS SANTOS declarou que "... deixa de juntar o comprovante de preparo, haja vista estar pleiteando o benefício da Assistência Judiciária Gratuita, pois não tem condições de arcar com as custas processuais do presente recurso sem prejuízo do sustento próprio ou dos familiares." (e-STJ fl. 322).

A atual jurisprudência desta Corte perfilha o entendimento de que é viável a formulação, no curso do processo, de pedido de gratuidade da justiça na própria petição recursal, dispensando-se a exigência de petição avulsa, quando não houver prejuízo ao trâmite normal do feito. Nesse sentido: AgRg nos EREsp 1.222.355/MG, Corte Especial, DJe 25/11/2015.

Contudo, não obstante o requerimento da agravante acerca da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, verifica-se que o pedido não está instruído com documentos que pudessem justificar o seu deferimento.

Destarte, para que se possa promover o julgamento do agravo em recurso especial, intime-se o agravante para que, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 99, §2º, do CPC/15, comprove o preenchimento dos pressupostos legais para a concessão do benefício, sob pena de seu indeferimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
Relatora